

Livro didático e TIC'S no ensino remoto: considerações sobre o processo de ensinagem na pandemia de Covid-19

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.1.9396>

José Soares Filho¹, Shalatiel Bernardo Martins²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo levantar a problemática do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e dos livros didáticos, enquanto ferramentas de ensino, e sua relação com as desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro nos anos de 2020 e 2021. Ao longo desses anos, presenciamos o surgimento e eclosão dos casos de Coronavírus em todo o território nacional brasileiro, bem como a instalação do ensino remoto devido ao isolamento social. Para tanto, demonstraremos, através de revisão bibliográfica de pesquisas quanti e qualitativas em artigos publicados entre 2009 e 2020, como a pandemia promoveu um aumento do uso das TICs, de modo que nas pesquisas realizadas por Oliveira & Junior (2020) e por Duarte & Hypólito (2020) cerca de 84,3% dos professores respondentes encontravam-se, no mês de junho, desenvolvendo as atividades de ensino de forma não presencial, ou em suas casas ou nas dependências das escolas. Em contrapartida, 15,7% não desenvolviam atividades remotas. Dessa forma, as condições de acesso a essas TIC's não são homogêneas aos discentes do ensino básico, de maneira que o livro didático (LD) ainda se configura como uma ferramenta pedagógica de ensino muito importante para o processo formativo desses jovens. Concluímos que, tanto as TIC's quanto os livros didáticos se apresentam, no corpus analisado, como uma manifestação do processo de ensinagem descrito por Anastasiou (2003).

Palavras-chaves: Livro didático, Ensino, TICs.

Textbook and ICT in remote teaching: considerations on the teaching process in the Covid-19 pandemic

Abstract: This paper aims to raise the issue of the use of Information and Communication Technologies (ICT's) as didactic mechanisms for teaching and textbooks in their relationship with social inequalities, in the context of teaching in the Brazilian educational system, in the years 2019-2021, years of emergence and explosion of Orthocoronavirinae SARS-CoV-2 cases, and also the period in which the internship took place. Thus, we will demonstrate, through a bibliographic review of qualitative and quantitative research in articles published between 2009 and 2020, how the pandemic promoted an increase in the use of ICTs, so that in the research carried out by OLIVEIRA and JUNIOR (2020) and by DUARTE and HYPÓLITO (2020) about 84.3% of the respondent teachers were, in the month of June, developing teaching activities in a non-presential manner, either in their homes or on the premises of the schools; on the other hand, 15.7% did not develop distance activities. Unfortunately, the conditions for accessing these ICTs are not uniform for all students in basic education, so the textbook is still configured as a very important pedagogical teaching tool for the teaching-learning process.

Keywords: Textbook. Teaching. ICTs.

¹ Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri (URCA). jose.soares@urca.br; <https://orcid.org/0000-0003-1531-1429>.

² Doutor em Educação pela UFRN e professor adjunto da Universidade Regional do Cariri-URCA e do Programa de Pós Graduação em Letras PPGL/URCA. shalatiel.bernardo@urca.br; <https://orcid.org/0000-0003-4621-7320>

Introdução

O ensino na educação básica no Brasil, especialmente nas escolas públicas, é marcado por uma série de eventos e fenômenos históricos e estruturantes. Desde a formação da escola jesuítica, que apresentava um modelo mais vinculado à Igreja e aos preceitos cristãos, passando pelas reformas educacionais relacionadas diretamente ao período ditatorial, até a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse contexto, demonstramos como Oliveira e Júnior (2020) direcionaram seus esforços ao estudo das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro no ano de 2020. Esse foi o ano da explosão dos casos de coronavírus, responsável pelo isolamento social e pelo aumento do desemprego, o que culminou em uma maior perda do poder de compra pela população de classe média, além de empurrar milhares de brasileiros de volta à miséria.

Desse modo, trazemos também alguns apontamentos apresentados por Duarte e Hypólito (2020), que realizaram um estudo bastante próximo dessa problemática. Entretanto, o foco da pesquisa desses pesquisadores concentrou-se nas relações de trabalho no sistema educacional brasileiro. Diferentemente de Oliveira e Júnior (2020), que fizeram um estudo de ordem mais geral, Duarte e Hypólito (2020) abordaram, de forma mais específica, as condições de trabalho. Além disso, utilizamos o conceito de "ensinagem" de Anastasiou (2003) para contextualizar alguns tipos de estratégias, aplicáveis em sala de aula virtual, que poderiam ser utilizadas para mitigar as desigualdades apontadas pelos pesquisadores.

Oliveira e Júnior (2020) estruturam seu texto apresentando, inicialmente, um balanço histórico de algumas políticas públicas desenvolvidas durante os governos de centro-esquerda petistas, entre 2003 e 2015, destinadas ao ensino. Como exemplos, destacam-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP), criados em 2010 e 2012, respectivamente. Em seguida, os autores mostram como, a partir do golpe legislativo-jurídico-midiático ocorrido em 2016, o ensino deixou de ser uma pauta prioritária do governo, aprofundando o processo de sucateamento da educação básica. Por fim, situam os leitores sobre as desigualdades enfrentadas por países latino-americanos, como o Brasil, que são impactados pelas constantes mudanças no posicionamento político das lideranças desses países.

A pesquisa desenvolvida por Oliveira e Júnior (2020) foi realizada no âmbito do Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFGM), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Para sua realização, utilizaram um formulário eletrônico, divulgado por meio de uma plataforma específica do Google, entre os dias 8 e 30 de junho de 2020. Os dados coletados totalizaram 15.654 formulários preenchidos por docentes das redes públicas de ensino. Observou-se que, no mês de junho de 2020, cerca de 84,3% dos respondentes estavam desenvolvendo atividades de ensino de forma não presencial, seja em suas residências, seja nas dependências das instituições de ensino. Em contrapartida, 15,7% declararam não estar desenvolvendo atividades remotas.

Pensando nessas implicações, buscou-se também abordar algumas questões relacionadas à estruturação e ao uso do livro didático (LD). Isso porque, no contexto pandêmico, o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foi dificultado em muitos aspectos devido ao agravamento da crise financeira que atingiu a maior parte da população brasileira. Dessa forma, mesmo com a popularização da internet e das ferramentas educacionais remotas, o LD manteve sua relevância e alcance junto à população mais carente, sobretudo por seu caráter de distribuição nas escolas de ensino básico da rede pública nacional. Assim, milhares de estudantes passaram a utilizar o LD como única ferramenta de aprendizagem assíncrona, o que resultou em uma formação marcadamente afetada pelas desigualdades sociais no acesso às TICs.

Com base na análise dos trabalhos dos autores mencionados anteriormente e no entendimento de que o período de ensino remoto emergencial exigiu uma nova configuração do modelo de ensino e aprendizagem, recorreu-se ao conceito de "ensinagem" (Anastasiou, 2003) para compreender o impacto da falta de acesso às TICs no processo educacional brasileiro. Além disso, propomos aqui algumas estratégias de ensino como ferramentas a serem utilizadas no ensino remoto emergencial, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais relatadas. Nesse sentido, o processo de "ensinagem" é compreendido como parte integrante do Ensino Remoto Emergencial, especialmente durante o período de isolamento social provocado pela COVID-19.

COVID-19 e às TIC's

Diante da situação de calamidade pública gerada pela pandemia de COVID-19, ocorreu, embora não de forma imediata, a substituição das aulas presenciais por um modelo emergencial de ensino remoto. Para que essa transição fosse satisfatória, seria necessário que as instituições de ensino fornecessem o apoio tecnológico e a formação básica necessários para a realização das aulas. No entanto, em muitas escolas de ensino básico, tal suporte não foi oferecido. Nesse contexto, 14,4% dos entrevistados, correspondendo a professores das redes municipais, afirmaram não ter recebido nenhum tipo de suporte. Na rede estadual, essa estimativa foi um pouco menor, atingindo cerca de 7,1%. Entre as estratégias alternativas implementadas para contornar essas dificuldades, destacam-se a disponibilização de material didático impresso, a transmissão de aulas via rádio e TV, além do uso de plataformas e aplicativos digitais, conhecidos como Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA)..

Além do suporte institucional, foram abordados os usos, conhecimentos, disponibilidades e acessibilidades relacionados aos recursos digitais disponíveis, bem como a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos professores em contraste com a falta de participação dos estudantes. Esses elementos, devido à limitação de espaço no formato do trabalho solicitado, serão apenas mencionados de forma resumida. Ademais, o texto de Oliveira Júnior (2020) apresenta contribuições muito enriquecedoras, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento metodológico da pesquisa e aos seus desdobramentos teóricos.

Retornando a Duarte e Hypólito (2020), os autores, inicialmente, aproximam-se de análises observadas em textos dedicados aos estudos da história da saúde e da doença. Isso porque, ao mencionar a existência do coronavírus, constroem uma relação entre esse evento sanitário e os fenômenos sociais, com ênfase no campo educacional. Nesse contexto, é possível identificar o impacto drástico que a pandemia causou — e ainda causa — sobre as práticas de ensino, por meio de um estudo sobre as condições de trabalho docente e uma análise histórica da influência de doenças nos processos educacionais. Sobre as condições materiais de trabalho, os autores destacam o Art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que determina que a oferta de condições de trabalho adequadas deve ser uma responsabilidade prioritária dos sistemas de ensino para a valorização docente. Contudo, o texto da LDB não especifica claramente quais seriam essas diretrizes. Os teóricos então interpretam essas diretrizes como "condições objetivas ou materiais de trabalho", ou seja, "o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho" (Duarte e Hypólito, 2020, p.10).

Na sequência, os autores desenvolvem um estudo sobre a importância e a utilidade dessas condições de trabalho, que são subdivididas em "condições de emprego" e "condições objetivas". Além disso, é destacado o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil e a relação estabelecida com o ensino remoto emergencial. Os autores explicam, previamente, as diferenças entre ensino remoto emergencial e a metodologia de ensino a distância (EaD). Para a construção dessa seção, eles analisam fragmentos da LDB/1996, bem como Medidas Provisórias (MPs) e Projetos de Lei (PLs) do ano de 2020 que tratam das questões relacionadas à execução do ensino remoto. Por fim, os autores ressaltam as dificuldades de acesso às ferramentas digitais e defendem que cabe às instituições de ensino e ao Estado oferecer mecanismos que garantam o acesso dos discentes a esses recursos.:

Os sistemas de ensino que optarem por adotar atividades pedagógicas não presenciais como parte do cumprimento da carga horária anual deverão assegurar em suas normas que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades” (BRASIL, 2020 Apud Duarte e Hypólito 2020).

Analisou-se, ainda, dados do INEP para compreender como as condições de trabalho dos docentes foram impactadas. A pesquisa revelou que as principais atividades realizadas pelos professores incluíam a “elaboração de atividades” e a “realização de reuniões com a equipe gestora da escola”. Além dessas, destacou-se um foco na leitura e correção de trabalhos enviados pelos estudantes, maior participação em reuniões com colegas, criação de videoaulas, desenvolvimento de atividades e provas, utilização do livro didático e realização de aulas remotas ao vivo (síncronas). Ressalta-se, entretanto, que essas atividades variaram conforme o nível de ensino e o local onde estavam sendo realizadas.

Quanto à disponibilidade de acesso dos professores a essas plataformas, a pesquisa por eles desenvolvida obteve os seguintes resultados: “Não possuo nenhum recurso 0,33%; Não, somente eu uso 48,8%; Sim, outras pessoas da casa utilizam esse recurso 50,9%. O acesso à internet: Não possuo acesso à Internet em casa 0,3%; outro tipo (rádio, discada, etc.) 10,7%; Plano de dados do celular 25%; Internet banda larga 64%”. Quanto ao suporte que as escolas ofereceram tiveram: “Disponibilização de apoio pedagógico 28,8%; Disponibilização de uma plataforma ou aplicativo pedagógico (Ambiente Virtual de Aprendizagem) 27,9%; Disponibilização de materiais impressos para estudantes e professores 24,3%. Disponibilização de aulas por TV ou rádio 12,7%; Nenhum suporte

6,3%. Formação oferecida pela Secretaria de Educação 26,7%; Acesso a tutorial on-line com informações sobre como utilizar as ferramentas virtuais 22,5%; Formação oferecida por outra instituição 6,7%; Formação oferecida na própria escola 5,5%; não estou recebendo nenhum tipo de formação, tudo é feito por conta própria 38,5%.”

Com isso, evidencia-se a falta de uniformidade e a desigualdade no acesso às TICs, principalmente nas escolas da rede básica de ensino. Aliado a isso, observa-se que a carga horária de trabalho dos professores aumentou consideravelmente em razão dessa nova forma de ensino, bem como das dificuldades de acesso, logística e formação para o uso das TICs como ferramentas didático-pedagógicas. A baixa experiência com ensino a distância, virtual ou remoto, revelou que 88,5% do corpo docente considerava as aulas não presenciais como uma experiência nova. Além disso, para 38% dos profissionais, não foi oferecida nenhuma ação de capacitação para o uso de novos meios de ensino. Ainda assim, a dedicação de horas de trabalho intensificou-se para 82,42% dos respondentes em comparação com as aulas presenciais. A pandemia de coronavírus trouxe uma percepção ainda mais acentuada das profundas desigualdades estruturais, das fragilidades da educação pública e das precárias condições de trabalho enfrentadas pelos docentes.

Caracterização do livro didático no Brasil

Pensando nesse contexto de desigualdades, destacamos uma das ferramentas fundamentais para o ensino básico: o Livro Didático (LD). Apesar da existência de inúmeras Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entendemos que o LD é uma das principais ferramentas de transmissão de conhecimento sistematizado, com maior alcance. O LD é um produto cultural amplamente divulgado, que viabiliza o acesso à educação escolar básica, especialmente no contexto da educação pública. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro, em 2007, o livro didático é o segundo mais lido pelos brasileiros, ficando atrás apenas da Bíblia. Essa pesquisa evidencia a relevância e a influência desse material didático na vida dos estudantes brasileiros.

Por ser um produto cultural e materializar, por meio de palavras, determinado conjunto de ideologias, o LD pode ser usado para refletir sobre determinado período ou situação histórica. Assim, a ligação entre as esferas da atividade humana ocorre e pode ser percebida na relação entre vida e língua, esteticamente organizada nos mais diversos produtos, como, por exemplo, nos livros didáticos. O LD, como objeto portador de

ideologias e conteúdos, e por ser um espaço de construção de memória, permite ao pesquisador investigar os modos e formas da sociedade em determinado período. Isso possibilita a construção de uma análise de como determinada conjuntura influencia a escrita e a disseminação de ideias e valores presentes nesses “bens culturais”.

É, portanto, possível refletir sobre o que, por que e para que determinado conteúdo era produzido em certa época, bem como sobre sua interferência no processo de construção ideológica da população. Tal reflexão permite analisar o que permanece e o que muda em relação ao conteúdo, ao material e à forma do livro, assim como as implicações e demandas sociais decorrentes disso. Esse material também é responsável por criar padrões linguísticos e formas de comunicação, especialmente por possuir um vocabulário próprio e característico na elaboração de seus textos e na organização do conteúdo.

Assim, o LD prioriza e constrói o tipo de conhecimento específico que se tem como alvo principal do ensino escolar. Segundo Bitencourt (1997, p. 10), “O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”. Sendo assim, o LD, além de transmitir conhecimento, veicula um conjunto de ideais que, em sua maioria, refletem as perspectivas das classes dominantes, as quais determinam o que é e o que não é considerado saber oficial. Como mencionado anteriormente, o Livro Didático é o segundo livro mais lido no Brasil. Isso pressupõe que há um fácil acesso a ele em território nacional, o que contribui para sua ampla utilização no âmbito escolar. Esse cenário foi possibilitado pela criação de uma das mais antigas políticas públicas voltadas à educação básica no Brasil: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituída em 1929.

Observa-se, nesse sentido, nos governos pós-64, uma série de mudanças significativas. Um exemplo disso foi o fim do projeto de lei que visava à padronização do livro didático, concentrando o poder de produção e distribuição no MEC. Assim, instituiu-se a isenção de impostos sobre toda a cadeia de produção e comercialização de livros. Algumas das consequências dessa medida foram o estímulo a uma revolução tecnológica, o avanço das editoras responsáveis pela produção do livro didático e o fato de o Estado passar a financiar diretamente o mercado editorial por meio de subsídios aos livros.

Em decorrência disso, com o passar dos anos, o livro didático tornou-se um dos bens de consumo mais vendidos pela indústria editorial brasileira, haja vista o grande incentivo do governo que, além de proporcionar isenções fiscais na produção de livros,

tornou-se um dos maiores compradores do produto. Isso reforça a ideia de que uma das características atribuíveis aos livros didáticos é o seu caráter mercadológico. Durante o período da pandemia, o consumo de livros didáticos passou a ocorrer de maneira virtual, por meio de e-books e similares. Dessa forma, com a crise econômica já instalada, o consumo de livros didáticos físicos caiu consideravelmente, o que ampliou a falta de acesso dos discentes a essa ferramenta.

Esse processo não ocorre exclusivamente com o livro didático. O ensino brasileiro também está sujeito a uma série de transformações, inclusive de caráter mercadológico. Todo o contexto que envolve o ensino-aprendizagem passa por esse fenômeno, desde o discente, ao considerarmos a estrutura física da escola, até a própria matriz curricular de ensino, que tem cada vez mais visado à formação profissional e técnica dos estudantes para sua inserção imediata no mercado de trabalho. Nas palavras de Libâneo (2012):

Na ótica economicista e mercadológica, presente na atual reestruturação produtiva do capitalismo, o desafio essencial da educação consiste na capacitação da mão de obra e na requalificação dos trabalhadores, para satisfazer as exigências do sistema produtivo e formar um consumidor exigente e sofisticado para um mercado diversificado, sofisticado e competitivo.” (p. 126. 2012.)

Assim, no que diz respeito ao livro didático como mercadoria, o problema não está apenas em sua estruturação como negócio, mas na ótica economicista e mercadológica que transforma o livro em uma ferramenta de lucro para as empresas. Como consequência, os autores possuem pouca autonomia no resultado final dos materiais didáticos. Além de estarem sujeitos aos padrões das editoras e aos diversos atores envolvidos no processo (como editores, técnicos gráficos, Ministério da Educação, secretarias de educação estaduais, regionais e municipais, diretores de escola e professores), o livro didático precisa ser o mais barato possível e, dentro das condições de mercado, apresentar uma qualidade razoável de conhecimento sistematizado para que a escola possa efetuar a compra.

Isso contribui para a mecanização do conhecimento. Nesse contexto, o objeto (livro) exerce ação sobre o sujeito (estudante), e o foco da aula tende a ser o conteúdo em si, em vez do aluno. Essa lógica, infelizmente, reflete o sistema economicista e mercadológico de ensino, que avança cada vez mais, transformando a educação em um processo mecanizado e técnico. À medida que esse processo se intensifica, a formação crítica e cidadã tende a diminuir. Ademais, é expressivo o número de instituições

escolares que excluem os docentes do processo de escolha do livro didático, impondo, muitas vezes, materiais considerados de baixa qualidade. Quando isso não acontece, é comum haver o descumprimento do triênio, resultando no uso contínuo dos mesmos livros, ainda que desatualizados e em quantidade insuficiente para atender às demandas.

O ensino mercadológico é um problema estrutural. Não há dúvidas de que existe uma relação de causa e efeito que permeia toda a complexidade envolvendo o livro didático como bem cultural. Isso porque o mercado de trabalho exige indivíduos capazes de assimilar, reproduzir e produzir o que lhes é proposto. Assim, como já apontado, o foco recai sobre a formação técnica, e não cidadã. Falta uma reflexão sobre os temas e processos abordados, o que mantém aprendizes e professores presos ao sistema e aos métodos tradicionais de ensino, perpetuando paradigmas educacionais, ideológicos e mercadológicos.

Além de ser um produto do mercado, o livro didático é, por outro lado, uma ferramenta pedagógica capaz de sistematizar e realizar a transposição didática dos conteúdos. No entanto, essa característica faz com que ele privilegie os conteúdos propostos pela matriz curricular, considerados fundamentais à época, relegando outros temas, como relações de gênero e história africana e afro-brasileira, ao campo do esquecimento. Esse cenário, entretanto, tende a mudar com as novas reformas educacionais que buscam inserir esses conteúdos no currículo.

O caráter pedagógico do livro didático é evidente à medida que ele incorpora diversas técnicas e propostas de aprendizagem. Ele oferece exercícios, sugestões de trabalho, questionários, imagens que dialogam com o tema, links para aprofundamento dos estudos, sugestões de filmes, livros e conteúdos complementares, entre outros recursos que enriquecem e diversificam o desenvolvimento da aula. Além disso, o livro inclui, em sua composição, um manual do professor. Alguns materiais apresentam até mesmo as habilidades e competências a serem desenvolvidas em aula, o que facilita a elaboração do plano de aula. Todavia, existe uma contradição quanto ao seu uso. Alguns professores defendem a não utilização do livro didático em sala de aula, atribuindo a ele parte da precariedade da educação escolar. Outros o consideram uma ferramenta indispensável, que auxilia de maneira significativa na elaboração e execução das aulas.

A ensinagem e o ensinar durante a COVID-19

O processo de ensino e aprendizagem sempre foi algo desafiador para discentes e docentes, seja em contexto público ou privado, seja na educação básica ou no ensino superior. De fato, ensinar e aprender demandam, de todos os atores envolvidos nele, dedicação, tempo e muita disciplina, especialmente se pensarmos na complexidade de fatores que estão inseridos no que tange a formação erudita, como aspectos de infraestrutura da escola, até questões familiares. Além disso, todo esse processo é/foi pensado para um ambiente na presencialidade, algo que nos foi furtado durante o período de isolamento social causado pelo avanço do coronavírus.

Dessa forma, essa pesquisa investigou o ensinar, durante esse período, a partir do entendimento de Anastasiou (2015) sobre o processo de ensinagem. Segundo a autora, essa definição buscou englobar o ensinar e o aprender em uma prática social complexa que se materializa na relação entre o docente e os discentes. Além disso, a escritora enxerga isso enquanto um processo contratual de parceria deliberada entre esses atores, entendendo que para que a ensinagem se efetive, há aspectos intra e extrassala de aula, com responsabilidades que envolvem todos os agentes educacionais.

Ainda acerca do processo de ensinagem, a autora nos aponta em um direcionamento que enxerga o aprender como protagonista, e o ensinar como o meio em que este último aparece. Entretanto, isso não quer dizer que esse coadjuvante não exerce uma função preponderante nesse contexto, apenas que ele não deve ser visto como aquela forma tradicional e expositiva à qual o estudante brasileiro está submetido há décadas. Dessa forma, a ensinagem seria uma tentativa de se desatrelar à aprendizagem da forma expositiva que a maioria dos aprendizes está acostumada a conviver, o que leva a uma tentativa de criar ambientes, especialmente os virtuais, em que esse ciclo possa ser quebrado.

Há, de maneira generalizada, um entendimento de que, durante o período do isolamento social em 2020 e 2021, houve um enorme número de abandono escolar em todos os níveis educacionais. Mas, o relatório do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE), publicado em dezembro de 2020, apontou que a população entre 10 e 14 anos de idade estão presentes em suas salas de aula, gerando um número de 94,6% de assiduidade. Entretanto, no que se entende por rendimento escolar, o mesmo relatório aponta que não há um número concreto em relação ao desempenho escolar, o que mostra uma preocupação com a presencialidade dos estudantes em detrimento de seus rendimentos.

Uma das maiores dificuldades apontadas pelo relatório, bem como por pesquisas como de Martins (2023), Andrade (2001), entre outros, é, justamente, o apoio no livro didático para o desenvolvimento das aulas. Sendo assim, muitos professores e gestores tentaram contornar a falta da presencialidade com a elaboração de materiais complementares, criados pelos professores e enviados aos estudantes através de e-mail, redes sociais e até mesmo via pen drive, que chegavam até os estudantes por intermédio de seus responsáveis. Como consequência, acabou gerando-se uma dificuldade de acesso a esses materiais, dificultando ainda mais um processo já tão complexo.

Outro fator que gerou uma grande dificuldade no processo de ensinagem durante o isolamento social foi o acesso à internet. Muitas instituições escolares, de todos os níveis, incluindo desde a educação básica até o ensino superior, não possuem computadores conectados à internet que poderiam ser utilizados pelos discentes para estudo. De fato, a maioria das escolas de educação básica sequer possuem estruturas básicas, como banheiros funcionais. O trabalho de Martins (2023) aponta representações sociais de estagiários sobre esse período da sua formação na constituição de sua identidade enquanto docentes, eles apontam o fato de que a pandemia causada pela COVID-19 adicionou problemas as escolas, mas que elas já possuíam muitos fatores impeditivos para o bom andamento das aulas.

Conclusão

Com isso, foi possível observar que, mesmo diante do avanço do uso das TICs, o livro didático ainda é uma ferramenta importante no processo de ensino aprendizagem. O grande problema giraria em torno do uso abusivo do livro didático, ou da ausência do seu uso em sala de aula. É interessante notar que nem tudo é livro didático. Ele é de grande valia nas práticas pedagógicas, todavia, não pode e nem deve ser o único meio, haja vista a complexidade e amplitude das práticas pedagógicas para o desenvolvimento da aula e seu melhor aproveitamento.

Do mesmo modo que não se pode fazer uso exclusivo das TICs como ferramentas para o ensino. Se levarmos em conta que o acesso a esse tipo de tecnologia ainda não é possível para a maioria dos alunos de baixa renda das escolas de ensino básico, público e municipal, que geralmente estão nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

No nosso campo de estágio o livro didático aparece como um suporte, uma ferramenta de apoio. Levando em consideração todo o contexto pandêmico e utilidade de

ferramentas escolhidas pela própria instituição, associado ao processo de reformas pelas quais o ensino básico tem passado recentemente, temos uma redução considerável da importância e, por extensão, do uso do livro didático em *sala de aula*. Isso pode se tornar um problema, de primazia pautada em desigualdade social e como consequência a exclusão, dificuldade aprendizagem e, conseqüentemente, fracasso escolar, ao passo que nem todos os alunos têm acesso às TICs. Duarte (2013 p. 83) aponta para considerações importantes sobre a desigualdade social e o processo de ensino aprendizagem. Para a autora, a relação entre as políticas sociais de educação e o atendimento desta a população em situação de pobreza seria materializado mediante o fracasso escolar.

Assim, concluímos que o livro didático não deve ser abolido do ensino básico, apesar de todo um sistema mercadológico que perpassa sua escolha, este ainda é uma potente ferramenta para auxílio no processo de ensino aprendizagem. Se associado aos outros mecanismos de ensino, como as TICs, pode produzir resultados positivos, mesmo diante de situações de calamidade pública tais quais esta que presenciamos durante o turbulento período da pandemia de Covid-19 (2019-2021).

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos e ALVES, Leonir Pessate (orgs.). **Processos de Ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias do trabalho em aula. Joinville, SC: Editora Univille, 2003, p. 145.

BITTENCOURT, C. M. F.. Livros didáticos entre textos e imagens. In: Bittencourt, Circe M. F.. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p.69 - 90.

DUARTE, Alexandre William Barbosa; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 736-753, set./dez. 2020.

DUARTE, Natalia de Souza. Uma crítica da relação entre educação e pobreza. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). **Política educacional e pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber Livro, 2013. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2020). **Efeito da Covid-19 sobre a frequência escolar no Ceará**. Fortaleza: IPECE. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/estudos-sobre-covid-19/>

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. Capítulo 2- A educação escolar pública e democrática no contexto atual um desafio fundamental, página 126. São Paulo, Cortez 2012.

LOMBARDI, José Claudinei; COLARES, Anselmo Alencar. Escola pública, projeto civilizatório burguês versus práxis emancipadora. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 9-10, outubro/novembro/dezembro, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira.

Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020.

ROSA, FGMG. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In PORTO, CM., org. **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 75-92. ISBN 978-85-2320-912-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013.

Submissão: 28/06/2024. **Aprovação:** 27/12/2024. **Publicação:** 25/04/2025.